



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ



LEI nº

Autoriza a abertura de crédito especial para a desapropriação de uma área de terras.

GERSON VEIT, Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte

L E I:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir, mediante decreto(s), crédito especial até o limite de CR\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros reais), para cobertura de despesas com a desapropriação de uma área de terras localizada em Campestre da Conceição, sob a seguinte codificação:

1100 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

1101 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

1101.1581487 1.060 - Aquisição de Área para Centro Comunitário

4.2.1.0 - Aquisição de Imóveis.....CR\$ 300.000,00

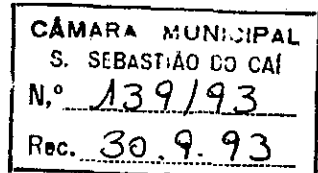
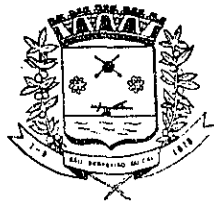
Art. 2º - Servirá de recurso para a cobertura do crédito autorizado pelo artigo anterior, a arrecadação a maior que se verificar no presente exercício, observado o disposto no art. 43 e seus §§, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí,

GERSON VEIT  
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:


Senhor Presidente:

Senhores Vereadores:

Em 1991 a Prefeitura exarou o Decreto nº 1.275, e-clarando de utilidade pública para fins de desapropriação uma área com 16.312,50 m<sup>2</sup>, localizada em Campestre de Conceição, onde era intenção da Prefeitura iniciar as obras do Centro Comunitário daquela comunidade.

Na época a desapropriação não prosperou porque a área estava sendo objeto de litígio judicial entre os proprietários e Associação Comunitária dos Amigos do Campestre que se julgava detentora da posse, uma vez que durante muitos anos a área havia sido cedida pela família para servir como campo de futebol. Com a extinção da equipe de futebol a área ficou por mais de sete anos abandonada e este abandono foi determinante para que a Justiça devolvesse a posse da terra aos seus legítimos donos.

O anexo projeto de lei autoriza o Executivo Municipal a abrir um crédito especial até o limite de 300 mil cruzeiros reais para a cobertura de despesas que advirão com esta desapropriação. É intenção do Executivo Municipal, auxiliado pela Associação Comunitária dos Amigos do Campestre, construir no local um Centro Comunitário com pavilhão de festas e quadras esportivas.

  
GERSON VEIT  
Prefeito Municipal